

VALE DO RIBEIRA (SP): CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Adelmo Magalhães de França*
UNINOVE

Resumo

O objetivo principal do artigo foi discutir aspectos da economia regional, do meio ambiente e das finanças públicas do Vale do Ribeira, mais especificamente dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro no Estado de São Paulo, que se destaca como uma região com alto índice de pobreza e atraso econômico. Visando-se apresentar alternativas para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável daquela região administrativa.

Palavras chaves: crescimento e desenvolvimento econômico regional, preservação ambiental e finanças públicas municipais.

Introdução

No século XX, nas discussões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, constatou-se uma preocupação maior por parte dos economistas em tratar do tema crescimento, seja pela busca incessante de poder econômico, ou em nome da segurança e subsistência para a estabilidade do sistema econômico, mesmo sem o propósito máximo de acrescer qualidade de vida para as populações. (SOUZA, 1993).

Os economistas Michael Kalecki e Dudley Seers enfatizam que o crescimento econômico, mesmo que acelerado, não representa a existência de desenvolvimento econômico, simplesmente por não haver a ampliação do volume de renda e empregos e, ao mesmo tempo, não ter promovido a redução das desigualdades e minimizado a pobreza. Seguindo nesse raciocínio, cabe destacar que o desenvolvimento econômico deve ser muito mais do que a reparação das desigualdades geradas no passado, sobretudo no que se refere ao abismo cultural existente entre os centros econômico dominadores e aqueles que foram dominados por muitos anos, sem contar a redução das distâncias produzidas pelas elites extremamente rica e concentradora perante aos trabalhadores pobres e explorados. (SACHS, 2004).

O conhecimento mais profundo da história econômica recente tem propiciado um grande avanço da teoria do desenvolvimento, visto que, fica cada vez mais evidente, o papel dos fatores não econômicos e dos agentes diretamente responsáveis pelas tomadas das decisões econômicas no país, levando muitas vezes a acertos e desacertos econômicos com fortes reflexos sociais para as populações e regiões menos favorecidas. (FURTADO, 2000).

Neste contexto, ganha enorme importância, o detalhamento da análise sobre os processos de desenvolvimento, já que passa a destacar as realidades e potencialidades das diversas regiões, apontando as possíveis diferenças, visando

* O presente artigo foi extraído da dissertação de Mestrado em Economia Política, aprovada em 2005 na PUC SP, com o título de VALE DO RIBEIRA (SP): PROPOSIÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E AMBIENTAIS PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO.

buscar alternativas econômicas, políticas e sociais de acordo com as características e demandas da região ou municípios. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Segundo a *World Commission of Environment and Development – WCED*, “desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem o comprometimento da capacidade das futuras gerações em suprir suas próprias necessidades”. Por sua vez, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO*, define desenvolvimento sustentável como “o gerenciamento e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional na maneira como assegurar a presente e contínua satisfação das necessidades humanas para o presente e as futuras gerações”. (TIAGO, 2002, p. 63).

Para o economista chileno Sergio Boisier, define-se desenvolvimento econômico regional como “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”. (BECKER e WITTMANN, 2003: p. 146).

Quase no final do século XX o termo “capital social” passou a ganhar espaço entre os acadêmicos, organizações não governamentais e junto aos governos submetidos a maior pressão política e ambiental, por parte das sociedades mais representativas.

Várias teorias têm contribuído para o aperfeiçoamento dos estudos da administração e da economia com propósito de promover o cooperativismo como um instrumento de fortalecimento da atividade econômica com a presença de vários integrantes que comungam dos mesmos interesses (PINHO, 2004).

Na área acadêmica acentuam-se os debates sobre a economia do meio ambiente, contrapondo-se à corrente clássica defensora da chamada economia ambiental, que tinha uma visão da infinitude dos recursos naturais e, mais adiante, também conhecida como sustentabilidade fraca, tanto que seus modelos teóricos não tinham a representação dos recursos naturais. Por outro lado, os economistas ecológicos, defendem a economia do meio ambiente como parte integrante de um sistema maior, possuidor de fortes restrições à sua expansão, na qual os recursos naturais são complementos dos demais fatores de produção, dando características conceituais de uma sustentabilidade forte, desde que, em longo prazo, ocorra a estabilização do consumo e, sobretudo, a minimização do desperdício dos recursos naturais tidos como escassos ou em estágio de escassez. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

No caso específico do Vale do Ribeira, a questão ambiental passa a ser uma variável responsável pela dificuldade para a ocorrência do crescimento e desenvolvimento econômico na região, em virtude dos posicionamentos ambientais defendidos pelos países desenvolvidos e pelas entidades preservacionistas.

A argumentação de que a política ambiental não deve ser obstáculo para o crescimento e desenvolvimento regional não é verdadeira, pois, na ótica do padrão de desenvolvimento voltado ao processo de industrialização, tal qual ocorreu em outras regiões do estado e do país, pelo fato do Vale do Ribeira ainda preservar uma grande parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, há sim a ocorrência de grande obstáculo para o seu crescimento e desenvolvimento na forma tradicional praticada em outras regiões ou países. Nesse sentido, falta à população local, a visão do processo na ótica do meio ambiente, de modo a permitir a exploração racional dos recursos e, ao mesmo tempo, fazendo desses recursos naturais a grande fonte geradora de renda e emprego para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável para a região.

Para a economista Marilene Ramos M. Santos, a questão da água deve ser considerada como uma das mais graves pendências no mundo atual, visto que as populações estão crescendo acentuadamente nos países pobres. Dessa forma, a busca pela água se dará cada vez mais distante e, a última saída será a elevação do preço da água em qualquer tipo de sua utilização, permitindo que o aproveitamento seja feito da melhor forma possível e a oferta e demanda de água seja equilibrada, garantindo a geração de renda para as regiões que ainda possuem e preservem seus recursos hídricos. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

O ecoturismo e o turismo agrário podem ser considerados como fatores excelentes de geração de emprego e renda para as populações pobres das regiões menos desenvolvidas, visto que tais regiões dispõem de fortes atrativos turísticos ligados ao meio ambiente, que de alguma forma ainda está preservado e, portanto, fonte atrativa dos olhares dos urbanos em busca da tranquilidade do campo. (LAGE e MILONE, 2001).

Levando-se em consideração a abundância de recursos hídricos e marítimos na maior parte do território nacional e, sobretudo, em virtude da visão de negócios detectados por parte do empresariado e populações de micro e pequenos agricultores voltados ao mercado interno e externo, a Região do Vale do Ribeira apresenta-se com as características ideais para a implementação do processo de aquicultura por parte dos pequenos e médios proprietários rurais, considerando-se os recursos naturais existentes e ainda não poluídos, bem como a pequena distância entre os maiores centros consumidores do país.

Com a maior preocupação em relação ao meio ambiente e com a própria saúde, existe um grande número de consumidores que buscam alimentos sem qualquer tipo de pesticidas, conservantes ou hormônios usados em plantações ou para a engorda de animais e aves, na forma convencional, pressionada pelo mercado consumidor. Tratam-se dos produtos naturais, destinados ao chamado mercado verde, com negociações em bolsas de mercadorias, tal qual se tem para os *commodities*, existentes nas economias mais desenvolvidas da Ásia, Europa e EUA, que se dispõem a pagar muito mais pelos produtos concebidos sem a química introduzida nas culturas ou criações convencionais. (PANAYOTOU; 1994).

Neste sentido, abrem-se várias portas para os produtores rurais e, em especial aos agricultores e pecuaristas do Vale do Ribeira, que dispõe de terras cultiváveis em grande escala e dominam várias técnicas ao combate de pragas e doenças e, com visão de futuro, podem apostar na venda de produtos agrícolas ou animais com origem certificada e garantida, possibilitando a inserção econômica e social do Vale do Ribeira em um mercado crescente e com grande aceitação de produtos naturais, cuja oferta reduzida de produtos com “selo verde” permite que os preços sejam mais elevados e possam ser traduzidos em renda e empregos para um grande número de famílias ribeirinhas.

Segundo Giansanti (1998), restaram apenas 9% do total da Mata Atlântica do país, sendo que, 5% do que ainda existe, se encontra no Estado de São Paulo, mais especificamente na Região do Vale do Ribeira e, em especial, no Complexo Estuário - Lagunar de Iguape e Cananéia até a divisa do estado do Paraná. Assim pode-se estabelecer o potencial de biodiversidade contido na Mata Atlântica existente nos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro e, também, ter certeza das vantagens competitivas dessa região no quesito meio ambiente.

Levando-se em conta a presença de indústrias altamente poluidoras no Município de Cajati (SP) e as legislações ambientais impeditivas para a instalação de novas indústrias poluidoras na Região do Vale do Ribeira, tem-se no “seqüestro do carbono” uma alternativa viável para a captação de recursos externos, mediante

o “esverdeamento” das áreas rurais não utilizadas economicamente nos municípios da região.

Estima-se que o comércio mundial dos Certificados de Emissões Reduzidas – CER gire em torno de US\$ 5 a US\$ 15 por tonelada de carbono reduzida e pode movimentar, no início dos anos 2000, algo em torno de US\$ 5 bilhões. Já para os anos 2010, estima-se que o valor esteja em US\$ 17 a US\$ 20 bilhões por ano. No Brasil, o volume de recursos monetários movimentados ainda não chega a US\$ 1 bilhão, devido à recente ratificação do Protocolo de Quioto, ocorrido somente em Julho de 2002, por parte do governo brasileiro, criando dificuldades para o acesso do capital estrangeiro interessado em investir em projetos brasileiros de meio ambiente. (ROCHA, 2003).

A ampliação do verde na região promoverá a obtenção de recursos financeiros para a ocorrência do desenvolvimento sustentável, com a geração de empregos e renda, em atividades cuja mão-de-obra local já está habituada a trabalhar, bastando apenas o acompanhamento técnico dos setores do agronegócios cabíveis para o Vale do Ribeira.

Descrição Econômica, Política, Social e Ambiental.

A ocupação do Vale do Ribeira se deu, no período colonial e imperial, pelo Rio Ribeira de Iguape, quando os colonizadores ou bandeirantes buscavam encontrar ouro e outros minerais preciosos e, ao mesmo tempo, catequizar índios para o trabalho escravo. Posteriormente, por meio de picadas e transporte no lombo de burros, passou-se a ocupar a região para moradia e agricultura de café, arroz e, mais tarde, com a presença de imigrantes japoneses, passou-se a cultivar chá e banana.

A tabela 1, quando analisada pela ótica populacional, apresenta a distribuição da população do Vale do Ribeira, ensejando questionamentos sobre a forma como ocorreu a ocupação territorial da região e os empecilhos que impediram a vinda de mais pessoas para os municípios da região.

Tabela 1 – Dados geográficos e humanos da Região Administrativa de Registro – ano 2000

Municípios	Área Km²	Área	População (unid.)			População	Habitantes por Km²
		%	Urbana	Rural	Total	%	
Total	12.133	100,00%	176.123	89.630	265.753	100,00%	21,90
Barra do Turvo	1.007	8,30%	2.880	5.228	8.108	3,05%	8,05
Cajati	455	3,75%	20.996	8.231	29.227	11,00%	64,25
Cananéia	1.242	10,24%	10.204	2.094	12.298	4,63%	9,90
Eldorado	1.657	13,66%	6.974	7.160	14.134	5,32%	8,53
Iguape	1.981	16,33%	21.934	5.493	27.427	10,32%	13,85
Ilha Comprida	189	1,55%	6.704	-	6.704	2,52%	35,56
Itariri	273	2,25%	7.445	6.168	13.613	5,12%	49,90
Jacupiranga	708	5,84%	10.043	6.998	17.041	6,41%	24,06
Juquiá	821	6,77%	12.440	8.076	20.516	7,72%	24,99
Miracatu	1.001	8,25%	10.912	11.471	22.383	8,42%	22,37
Pariquera-Açu	360	2,96%	11.722	5.927	17.649	6,64%	49,07
Pedro de Toledo	671	5,53%	6.159	3.028	9.187	3,46%	13,69
Registro	716	5,90%	43.066	10.686	53.752	20,23%	75,04
Sete Barras	1.052	8,67%	4.644	9.070	13.714	5,16%	13,03

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

Também aponta a ocorrência de maior concentração populacional nas áreas urbanas dos municípios do Vale do Ribeira, visto que grande parte das populações migra das áreas rurais para as áreas urbanas, porém não encontram a infraestrutura necessária para sua acomodação, submetendo-se a se instalar nos anéis de pobreza existentes nos bairros distantes dos centros urbanos dos principais municípios da região.

Vale também destacar a baixa ocupação territorial de habitantes por km² na maioria dos municípios da região. Demonstra também a má distribuição percentual da população urbana de cada município, diante da quantidade de km² da área que compõe o Vale do Ribeira ou mais precisamente a Região Administrativa de Registro. A densidade populacional da Região Administrativa de Registro apresenta-se com forte concentração de habitantes nos municípios de Registro, Cajati e Pariquera-Açu em razão, não das suas áreas territoriais, mas pelas disponibilidades da maior quantidade de equipamentos públicos ou empregos para as populações ribeirinhas.

A tabela 2 apresenta vários índices sociais pertinentes às populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, focando o grau da pobreza, da juventude, da alfabetização, da escolaridade, do emprego, da violência, da desigualdade e da exclusão social na região.

Tabela 2 – Índices sociais dos municípios localizados na Região Administrativa de Registro – 2000

Municípios	Índices Sociais								
	Ran-king	Pobreza	Juven-tude	Alfabe-tização	Esco-laridade	Empre-go Formal	Violên-cia	Desi-gualdade	Exclu-são Social
Barra do Turvo	3380 ^a	0,359	0,520	0,749	0,343	0,038	0,948	0,037	0,368
Cajati	2420 ^a	0,560	0,545	0,803	0,472	0,140	0,883	0,080	0,458
Cananéia	1966 ^a	0,612	0,611	0,851	0,524	0,095	0,876	0,101	0,480
Eldorado	2657 ^a	0,477	0,524	0,820	0,437	0,109	0,947	0,094	0,443
Iguape	1824 ^a	0,524	0,677	0,866	0,523	0,071	0,971	0,099	0,487
Ilha Comprida	709 ^a	0,656	0,729	0,894	0,632	0,156	0,898	0,167	0,548
Itariri	2341 ^a	0,573	0,576	0,846	0,478	0,094	0,869	0,102	0,461
Jacupiranga	1486 ^a	0,588	0,612	0,825	0,508	0,147	0,977	0,139	0,503
Juquiá	2474	0,536	0,595	0,802	0,467	0,126	0,844	0,090	0,454
Miracatu	2452	0,578	0,568	0,814	0,446	0,091	0,878	0,100	0,456
Pariquera-Açu	1274 ^a	0,644	0,626	0,868	0,549	0,145	0,913	0,141	0,513
Pedro de Toledo	2527 ^a	0,574	0,603	0,811	0,467	0,081	0,794	0,111	0,451
Registro	881 ^a	0,647	0,623	0,868	0,588	0,154	0,961	0,197	0,536
Sete Barras	2677 ^a	0,462	0,578	0,821	0,442	0,096	0,914	0,082	0,441

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil – (Pochmann e Amorim, 2003)

No tocante aos índices de pobreza, quanto mais distante ele for do número 1, mais pobre será a população do município em estudo. Esse raciocínio se estende também, nos municípios do Vale do Ribeira, aos índices de desigualdade e exclusão social, que se encontram muito abaixo do número 1, retratando o cenário social degenerativo das populações ribeirinhas da região em estudo. Somente os municípios de Ilha Comprida (SP) e Registro (SP) estão entre os 1.000 melhores municípios do país para se viver, tomando-se por base o município de São Caetano do Sul (SP), que se apresentou com o menor grau de exclusão social.

O índice de pobreza dos municípios do Vale do Ribeira está na média aritmética de 0,5 e retrata ainda a existência de um grande número de chefes de família com rendimentos muito próximos à linha de pobreza, porém pouco acima da pobreza absoluta.

Embora o índice de alfabetização esteja entre 0,74 e 0,89, quando comparado com o nível educacional por faixa de idade, pode-se encontrar entre as populações do Vale do Ribeira, uma situação caracterizada pela presença de chefes de famílias com baixa escolaridade, em razão o número de anos ausentes dos bancos escolares, sem a devida conclusão dos cursos, sobretudo, o ensino básico fundamental..

A existência de uma oferta insignificante de emprego formal, em especial com carteira assinada, acaba provocando, quando associado às questões de escolaridade e alfabetização, um maior grau de exclusão social. Conseqüentemente essas populações são obrigadas a submeter-se ao trabalho em atividades sem as garantias previdenciárias e, pior ainda, com rendimentos muito abaixo dos ganhos auferidos em outras regiões, com oferta de mão-de-obra menos elevada, desqualificada e abundante do que na Região Administrativa de Registro.

Menos assustador vê-se o índice de violência do Vale do Ribeira, que está confortavelmente próximo de 1, propiciando aos municípios da região a desejosa garantia de segurança almejada pelas populações dos grandes centros urbanos ou regiões, que apresentam um grande contingente de jovens sem quaisquer perspectivas sociais e econômicas, levando-os à transgressão da lei.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Região Administrativa de Registro está muito próxima das regiões com maior grau de exclusão social, caracterizado pela constituição de famílias numerosas, analfabetas e que, cotidianamente, enfrentam grandes dificuldades para não passarem fome, mesmo diante da disponibilidade de recursos agrícolas para a sustentação familiar.

Na tabela 3, tem-se a comprovação do baixo nível de renda das populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, pois além do pequeno número de trabalhadores com carteira assinada, o salário médio desses trabalhadores também está muito abaixo das médias salariais das demais Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

Tabela 3 – Índice do salário médio no emprego formal nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2000 e 2002

Regiões Administrativas	2000			2002		
	Homens	Mulheres	Médio	Homens	Mulheres	Médio
Estado de São Paulo - em R\$	1.425,27	1.153,04	1.321,97	1.294,17	1.033,41	1.192,68
Estado de São Paulo – em %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Metrop. de São Paulo	1,172	1,149	1,157	1,168	1,138	1,150
RA de Araçatuba	0,583	0,558	0,574	0,577	0,599	0,585
RA Baixada Santista	0,926	0,870	0,912	0,935	0,906	0,930
RA Central	0,646	0,643	0,652	0,673	0,658	0,676
RA de Barretos	0,543	0,549	0,553	0,557	0,556	0,565
RA de Bauru	0,657	0,679	0,670	0,658	0,692	0,675
RA de Campinas	0,905	0,850	0,894	0,904	0,882	0,903
RA de Franca	0,604	0,610	0,613	0,611	0,635	0,625
RA de Marília	0,595	0,639	0,613	0,586	0,653	0,612
RA de Presidente Prudente	0,592	0,650	0,613	0,587	0,660	0,614
RA de Registro	0,520	0,637	0,559	0,514	0,638	0,556
RA de Ribeirão Preto	0,790	0,814	0,802	0,772	0,783	0,782
RA de São José do Rio Preto	0,610	0,691	0,639	0,589	0,685	0,623
RA de São José dos Campos	1,028	0,829	0,980	1,126	0,889	1,069
RA de Sorocaba	0,709	0,668	0,704	0,719	0,698	0,720

Fonte: Fundação SEADE e Fundo de Amparo ao Trabalhador – 2003 (Deflator: INPC)

O resultado demonstrado nas outras regiões administrativas fortalece a afirmativa de que, quanto mais rico os municípios que compõem essas regiões

administrativas, maiores serão as oportunidades de emprego e renda para as suas populações. Essa situação demonstra que o custo de produção no Vale do Ribeira é bem menor do que em outras regiões do estado e, sob outra ótica, que o valor pago ao trabalhador ribeirinho reflete a lei da oferta e demanda de mão-de-obra e das suas características básicas relativas ao grau de subdesenvolvimento: barata, desqualificada e abundante.

Se forem comparados os índices do ano de 2000 com os de 2002, no caso específico da Região Administrativa de Registro, tem-se uma queda no rendimento médio de um ano para o outro. Porém, observa-se que as mulheres passaram a ter um ganho maior no mesmo período ou, como alternativa para justificar o fato, pode-se entender o ingresso de um número maior de mulheres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, deduz-se que as mulheres passam a ocupar em maior quantidade a chefia da família em termo de composição de renda.

Como consequência direta dos baixos rendimentos, a maioria das famílias desses municípios estará, constantemente, buscando todos os tipos de auxílios nas prefeituras municipais, igrejas e outras entidades filantrópicas. O objetivo principal da busca desse socorro visa compensar as suas impossibilidades de aquisição de bens e serviços. Por outro lado, de forma lenta e fragmentada, órgãos públicos municipais ficam responsáveis diretos no repasse de recursos estaduais ou federais para a população carente, fazendo com que tais auxílios tornem-se moedas políticas eleitoreiras nas mãos de indivíduos inescrupulosos e oportunistas.

A tabela 4 apresenta a descrição do ensino fundamental e médio no âmbito estadual e municipal das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, permitindo que sejam estabelecidas comparações entre os índices de evasão, reprovação e aprovação escolar entre as várias séries que compõem o ensino praticado na Região Administrativa de Registro e os resultados obtidos pelas outras regiões administrativas.

Tabela 4 – Ensino fundamental e médio das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 (em percentuais)

Regiões Administrativas	1ª à 4ª Série			5ª à 8ª Série			1ª à 8ª Série			Ensino Médio		
	Eva-são	Repro-vação	Apro-vação	Eva-são	Repro-vação	Apro-vação	Eva-são	Repro-vação	Apro-vação	Eva-são	Repro-vação	Apro-vação
Estado de São Paulo	1,1	4,43	94,47	3,52	5,76	90,72	2,32	5,1	92,58	7,77	7,13	85,1
RMSP	1,3	3,49	95,22	3,55	5,87	90,58	2,42	4,68	92,9	7,89	7,35	84,76
RA Registro	1,27	5,62	93,12	5,85	7,49	86,66	3,48	6,52	89,99	7,89	7,35	84,76
RA Santos	1,45	7,51	91,04	4,52	8,04	87,44	2,97	7,77	89,25	8,18	7,93	83,89
RA São José Campos	1,03	6,47	92,51	3,12	6,64	90,24	2,07	6,55	91,38	7,24	7,65	85,11
RA Sorocaba	1,15	5,54	93,31	3,83	5,38	90,79	2,47	5,46	92,07	7,31	6,29	86,41
RA Campinas	0,84	5,38	93,78	2,96	5,78	91,26	1,92	5,58	92,51	7,07	7,18	85,75
RA Ribeirão Preto	1,07	6,29	92,64	4,21	6,36	89,43	2,69	6,33	90,98	8,6	7,6	83,8
RA Bauru	0,77	4,65	94,57	4,16	5,14	90,71	2,51	4,9	92,59	8,65	5,55	85,8
RA São José Rio Preto	0,48	4,42	95,11	2,69	4,45	92,86	1,63	4,43	93,94	6,72	5,8	87,48
RA Araçatuba	0,4	4,22	95,38	3,62	4,1	92,28	2,05	4,16	93,79	9,18	6,7	84,13
RA Pres. Prudente	0,4	3,7	95,89	2,92	5,37	91,71	1,68	4,55	93,76	6,72	7,46	85,82
RA Marília	0,59	4,19	95,22	3,16	4,11	92,73	1,91	4,15	93,95	8,13	5,38	86,48
RA Central	0,82	4,11	95,07	3,19	4,35	92,46	2,03	4,23	93,74	7,83	7,42	84,75
RA Barretos	0,6	2,59	96,81	3,27	4,76	91,96	1,97	3,7	94,33	7,94	6,68	85,38
RA Franca	1,07	3,83	95,1	5,06	4,42	90,52	3,16	4,14	92,7	9,41	6,21	84,38

Fontes: Fundação SEADE e Centro de Informações Educacionais – 2001

O indicativo mais preocupante está no índice de evasão e reprovação escolar do ensino fundamental, quando comparado com os mesmos índices de outras Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, superando apenas da Região

Administrativa de Santos, que, por sua vez, é composta por vários municípios vizinhos da Região Administrativa de Registro, que vivem os mesmos dramas econômicos e sociais existentes no Vale do Ribeira e são objeto de migrações inter-regionais em decorrência da falta de emprego e da má distribuição de renda existente nas duas regiões administrativas.

O processo nocivo da evasão escolar ocorre em maior grau nas escolas rurais ou para as populações dessas áreas que se deslocam para estudar na sede do município, com alto índice de falta às aulas para trabalhar nas lavouras da família ou por falta de condições financeiras para se manter na empreitada de viajar diariamente e se alimentar fora da escola, considerando-se os horários das aulas serem diferentes dos horários dos veículos responsáveis pelo transporte dos alunos.

O fato dos pais ou responsáveis terem um baixo nível escolar ou serem analfabetos, também acaba comprometendo o desempenho escolar dos filhos, visto que os exemplos dados não são os melhores; e para muitos pais, além de demonstrarem um grande desinteresse pela vida escolar dos filhos, vale muito mais a mão-de-obra caseira sem qualquer custo adicional para compor as tarefas relacionadas às atividades agrícolas ou informais praticadas nos arredores das cidades em questão. Sabe-se que outro fato complicador é a quantidade de filhos por famílias, com o mínimo de diferença de idade, e, quando o sexo masculino, os pais submetem esses filhos ao trabalho nas atividades agrícolas da propriedade da família e, em outros casos, quando não proprietários os filhos passam a ajudar os pais na composição da renda familiar trabalhando em propriedades de outros sítiantes.

A análise dos dados permite que se tenha uma fotografia da situação educacional dos jovens da Região Administrativa de Registro, criando condições para subsidiar as políticas educacionais e de geração de emprego e renda para a população envolvida no processo.

No início, os jovens são levados pelas expectativas de cursar o segundo grau, mas, diante das dificuldades de locomoção ou situação financeira para a sua manutenção, deixam os bancos escolares e aceitam pacificamente a condição de não ter concluído o curso secundário, como um fato natural da vida, já que as expectativas para ter um curso superior foram abandonadas diante das realidades econômicas e sociais desses jovens ribeirinhos. Sem a mínima expectativa de vida e diante das pressões sociais marcadas pelo consumismo, uma massa de jovens deixa o Vale do Ribeira em direção às Regiões Metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Santos ou migram para outras praças, onde possam trabalhar ou, depois de alguns anos, concluir seus estudos.

O fato das populações ribeirinhas, na sua grande maioria, apresentar-se como analfabetas ou semi-alfabetizadas, acaba criando condições propícias para a perpetuação das políticas do clientelismo político e a manutenção dos currais eleitorais. Neste sentido, vários políticos de outras regiões mais desenvolvidas, com forte *marketing* eleitoral, passam a obter votações elevadas, sem sequer ter comparecido ou conhecido a Região do Vale do Ribeira, tirando a possibilidade da eleição de elementos da própria região para os postos da Assembléia Legislativa Estadual ou da Câmara Federal.

A tabela 5 demonstra a situação do sistema de saúde das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no ano de 2002 e destaca a situação do sistema de saúde na Região do Vale do Ribeira.

Tabela 5 – Sistema de saúde das Regiões Administrativa do Estado de São Paulo – 2002

Regiões Administrativas	Qtde. de Hospitais	Índice de Hospitais por Mil habitantes	Qtde. de Leitos	Índice de Leitos por Mil Habitantes	Qtde. de Consultas Médicas	Índice de Consultas por Mil Habitantes	Qtde. de Internações	Índice de Internações por Mil habitantes
Estado de São Paulo	622	0,016	77.629	2,04	114.583.477	3,01	2.174.762	57,04
RMS	140	0,008	28.045	1,53	49.821.864	2,72	822.455	44,83
RA Registro	11	0,040	319	1,17	860.678	3,15	13.195	48,25
RA Santos	14	0,009	1.486	0,97	5.498.192	3,59	82.437	53,83
RA São José Campos	41	0,020	3.248	1,57	5.914.258	2,86	128.177	62,09
RA Sorocaba	65	0,025	8.014	3,12	8.455.622	3,30	170.091	66,30
RA Campinas	97	0,017	11.882	2,13	16.822.372	3,01	338.629	60,58
RA Ribeirão Preto	24	0,022	2.385	2,18	4.151.799	3,80	80.795	73,91
RA Bauru	34	0,035	4.068	4,13	3.285.122	3,34	85.065	86,44
RA São José Rio Preto	47	0,035	4.201	3,15	5.297.906	3,97	126.170	94,51
RA Araçatuba	26	0,038	1.999	2,92	2.356.622	3,44	54.360	79,34
RA Pres. Prudente	31	0,039	2.788	3,48	2.642.916	3,30	63.545	79,37
RA Marília	38	0,042	3.855	4,24	3.235.900	3,56	75.790	83,30
RA Central	22	0,025	2.611	2,96	2.676.131	3,04	56.433	64,05
RA Barretos	17	0,042	1.208	2,99	1.494.529	3,70	35.755	88,54
RA de Franca	15	0,023	1.520	2,30	2.069.566	3,13	41.865	63,27

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria de Assistência à Saúde – 2003

Comparativamente ao número de habitantes de cada Região Administrativa do Estado, pode-se entender que a Região Administrativa de Registro possui uma quantidade de hospitais e, em especial, de leitos hospitalares muito abaixo da média do Estado de São Paulo, superior apenas a Região Administrativa da Baixada Santista e, por outro lado, um número relativamente excessivo de consultas médicas e internações hospitalares, levando-se em conta o tamanho e a distribuição geográfica das populações e das estruturas de atendimentos dos hospitais da região.

Considerando-se as dificuldades de locomoção das populações rurais, entende-se que, uma parte considerável desses habitantes, dificilmente procura os hospitais da região, tratando-se em seus próprios municípios nos postos de saúde ou farmácias locais e a outra parte que possui uma renda maior e pode ter acesso a outros locais de atendimento médico, desloca-se para outras regiões mais desenvolvidas para obterem melhores atendimentos aos seus problemas de saúde. Outro dado alarmante é a quantidade de consultas mensais, dispostas na tabela 5 contra o número de habitantes da Região Administrativa de Registro, porém dentro da média de atendimento mantida para o Estado de São Paulo, levando em conta o número de mil habitantes, conforme conceito estabelecido pelos sistemas internacionais de atendimento médico.

Diante das dificuldades econômicas e sociais da população do Vale do Ribeira, algumas exceções devem ser destacadas em razão da localização dos equipamentos públicos ou privados, voltados à saúde e educação ou produção. Dentre essas exceções está a cidade de Pariquera-Açu (SP), que se caracteriza por ser o centro hospitalar público da Região, graças à presença e do convênio estabelecido com o Hospital Escola da Faculdade de Medicina da USP. Já a cidade de Registro destaca-se por ter a rede hospitalar privada e as duas únicas faculdades da região.

Vale destacar que as cidades do Vale do Ribeira, subordinadas ao Centro Administrativo de Registro, que possuem pequenos comércios locais, sem qualquer expressão econômica ou política e caracterizam-se por forte presença agrícola, são

as grandes dependentes e utilizadoras da rede hospitalar pública e privada instalada em Registro (SP) ou Pariquera-Açu (SP). Essa situação faz com que ocorra um maior comprometimento desses centros mais desenvolvidos na região, visto que os pequenos hospitais locais não estão suficientemente capacitados para os atendimentos médicos mais complicados, que exigem maiores volumes de recursos financeiros e infra-estrutura de equipamentos e pessoas tecnicamente capacitadas para a prestação de serviços na área da saúde preventiva ou curativa.

A alternativa para os municípios da região, em particular os vizinhos da Região Administrativa de Santos e Sorocaba, é a utilização dos recursos médicos hospitalares dessas outras regiões administrativas, sobrecarregando ainda mais a rede pública de saúde fora da Região Administrativa de Registro.

A tabela 6 apresenta os dados relativos ao bem estar social das populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, com destaque especial para o índice do IDH, a expectativa de vida e a renda *percapita*, bem como a quantidade de médicos por habitantes.

Tabela 6 – Descritivo do bem estar social dos municípios da Região Administrativa de Registro – ano 2000

Municípios	IDH	Expectativa de vida (em anos)	Renda <i>percapita</i> (R\$)	Qtde de médicos (por mil habitantes)
Média	0,749	69,8	211,37	0,52
Barra do Turvo	0,663	65,2	113,90	0,37
Cajati	0,751	73,8	170,53	0,17
Cananéia	0,775	73,8	229,18	0,56
Eldorado	0,733	69,6	173,05	0,28
Iguape	0,757	68,2	240,49	0,83
Ilha Comprida	0,803	72,2	320,60	0,28
Itariri	0,749	68,3	239,88	0,43
Jacupiranga	0,759	69,6	267,27	0,35
Juquiá	0,742	68,3	228,66	0,24
Miracatu	0,748	70,8	208,49	0,18
Pariquera-Açu	0,770	70,8	239,16	1,61
Pedro de Toledo	0,729	66,5	218,79	0,11
Registro	0,777	69,6	289,91	1,73
Sete Barras	0,731	70,8	159,39	0,22

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

Essa tabela permite a identificação dos municípios menos desenvolvidos do Vale do Ribeira, visto que estão abaixo da própria média da região em todos os quesitos analisados. Na questão pertinente a expectativa de vida, deve ser levada em consideração não somente o número de anos vividos pelos habitantes dos municípios ribeirinhos, mas sim a qualidade de vida dessa população, em particular, os habitantes menos favorecidos econômica e socialmente, submetidos a uma renda *percapita* muito baixa e insuficiente para o atendimento da demanda nutricional mínima.

No que se refere ao quesito renda *percapita* observa-se que os municípios de maior renda destacam-se por concentrarem uma população com maior especialidade ou por serem compostas de aposentados com maior renda, que buscaram a tranquilidade das praias ou o interior dos municípios do Vale do Ribeira. Se comparado com a renda *percapita* de outras regiões administrativas do estado com os valores apontados na tabela 6, pode afirmar que a renda *percapita* do Vale do Ribeira é bem menor e comprometedor de um maior e melhor resultado do IDH da região, comprovando assim uma das causas para o atraso econômico e social dessa região do estado. A renda *percapita* é baixa em função do excesso de mão-

de-obra e da falta de emprego para toda essa população em idade de trabalhar, tudo em razão da falta de investimentos público e privado capazes de modificar o quadro social dos municípios da região.

A quantidade de médico por mil habitantes também evidencia um problema crônico da saúde pública no país, que a má distribuição de médicos pelos vários municípios. Neste caso, o Vale do Ribeira não foge à regra e apresenta-se com uma baixíssima concentração de médicos por habitantes nos municípios da região, com exceção para o município de Pariquera-Açu, que apresenta o melhor índice da região por centralizar o Hospital Regional do Vale do Ribeira. A má distribuição dos médicos ocorre em razão dos baixos salários pagos pelas prefeituras municipais e pelo próprio governo estadual, sem contar a falta de infra-estrutural para o trabalho desses profissionais, bem como, a ausência de condições técnicas para o desenvolvimento profissional do trabalhador da saúde.

Se forem comparados os principais índices de bem estar social da Região Metropolitana de São Paulo e de outras Regiões Administrativas do Estado com os do Vale do Ribeira, conforme conteúdo da tabela 6, observar-se-á que os municípios da Região Administrativa de Registro estão muito aquém da média paulista. Em alguns casos, se igualam aos municípios pobres do Nordeste e Norte do país, sobretudo se for levado em consideração o ciclo vicioso formado pelo cálculo do IDH, já que a composição se dá pelo nível de renda *percapita*, número de anos de ensino e a expectativa e qualidade de vida.

Na tabela 7, têm-se os dados da produção de banana nas várias Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e, ao mesmo tempo, a comprovação da liderança do Vale do Ribeira e, mais especificamente, da Região Administrativa de Registro quanto à produção de banana no Estado de São Paulo.

Tabela 7 – Produção de bananas pelas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2003

Regiões Administrativas	Área Nova em hectares	Área em Produção - hectares	Produção em toneladas	% do Total Produzido	Produtividade Média (ton / ha)
Estado de São Paulo	4.509	55.016	1.142.197	100,00%	20,76
Araçatuba	689	2.031	31.225	2,73%	15,37
Baixada Santista	871	5.949	117.150	10,26%	19,69
Barretos	14	42	1.120	0,10%	26,67
Bauru	5	275	1.114	0,10%	4,05
Campinas	51	689	18.394	1,61%	26,70
Central	35	273	5.821	0,51%	21,32
Franca	221	2.023	34.902	3,06%	17,25
Marília	221	2.023	34.902	3,06%	17,25
Pres. Prudente	73	366	4.497	0,39%	12,29
Registro	1.055	33.380	763.540	66,85%	22,87
Ribeirão Preto	.30	97	5.680	0,50%	58,56
São José do Rio Preto	1.226	4.847	56.095	4,91%	11,57
São José dos Campos	156	3.215	43.976	3,85%	13,68
São Paulo	-	91	2.073	0,18%	22,78
Sorocaba	84	1.381	45.678	4,00%	33,08

Fonte: Fundação SEADE e Instituto de Economia Agrícola - 2003

A liderança de maior produtor quer seja em área plantada ou em toneladas produzidas, com destaque para a banana nanica ou o nanicão, não deve ser comemorada, visto que, pelo fato do Vale do Ribeira ter somente a produção de banana como atividade econômica principal, os municípios produtores de banana na região não têm conseguido se desenvolver, comparativamente às outras regiões

administrativas do Estado, pois as famílias localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro plantam banana desde seus antepassados a mais de cem anos e poucos sabem sobre outra atividade agrícola.

O fato das famílias possuírem uma grande quantidade de membros, facilita o manuseio da safra de banana, porém aumenta o ciclo da pobreza, visto que as propriedades são pequenas para um número cada vez maior de trabalhadores da mesma família, diminuindo assim a renda *percapita* por propriedade e, de forma definitiva, levando alguns membros das famílias a se desagregarem e, geralmente, procurando trabalho na informalidade na sede dos municípios ou passarem a trabalhar para outros proprietários rurais como diaristas ou meeiros.

Por outro lado, a continuidade e insistência no plantio da banana no Vale do Ribeira estimulam o subdesenvolvimento regional, gerando um baixo recolhimento de tributos, em particular do ICMS, até porque sobre a venda de bananas não incide impostos estaduais, e, dessa forma, o processo em questão acaba mantendo os produtores agrícolas na situação de pobreza, sobretudo para a maioria que possui pequenos lotes de terras e, ao mesmo tempo, estimula a concentração de renda e riquezas para os outros produtores, que conseguem plantar grandes áreas e podem manter seus bananais sem dificuldades financeiras no tocante ao combate às pragas agrícolas.

Quando comparados os índices de produtividade de banana entre os próprios municípios do Vale do Ribeira ou com outros municípios do Estado, percebe-se que a produtividade alcançada no Vale do Ribeira está baixa e bem próxima da média estadual. Isso ocorre em razão do grande abandono dos bananais da região, em decorrência da presença de doenças, entre as quais a *sigatoka* negra, e, também, pelo alto custo dos insumos e defensivos agrícolas necessários para a manutenção desses bananais, cuja exaustão da terra está evidente em alguns municípios em razão da não rotatividade agrícola.

Outro complicador está inexistência de pequenas ou médias indústrias, voltadas à produção de doces, pasta, suco e cachaça de banana, sobretudo para o mercado externo e, em especial, o mercado japonês e europeu, grandes consumidores desses produtos no mercado internacional, garantindo a geração de empregos e renda para as populações dos municípios do Vale do Ribeira, com especial envolvimento da mão-de-obra feminina, tão abundante e má utilizada nos municípios da região.

A outra atividade econômica do Vale do Ribeira está relacionada à extração e industrialização do palmito, que acaba esbarrando na legislação ambiental extremamente preservacionista, visto que o produto *in natura* é extraído, na maioria das vezes, de forma clandestina nas matas e reservas ambientais da região. Por outro lado, a produção da popunha no Vale do Ribeira ainda não atende às demandas de produção e consumo dos grandes mercados nacionais e internacionais, quer por falta de recursos para o investimento no plantio ou pelo simples fato de haver desinteresse dos produtores locais acostumados a plantar somente bananas por quase um século.

Recentemente, o município de Registro criou condições fiscais e tributárias para a instalação de indústrias de confecção de roupas, voltadas aos públicos masculinos e femininos dos grandes centros urbanos, passando a empregar um bom número de trabalhadores, em especial, mulheres, que em grande número, destaca-se por serem as responsáveis pela chefia das famílias de baixa renda da região. Essa realização positiva só foi possível graças aos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR, viabilizados pela Prefeitura do Município de Registro que atendeu os interesses das

partes envolvidas. Outros municípios, em escala bem menor, também estão tentando implementar seus distritos industriais e, entre eles, podem-se destacar os municípios de Juquiá, Pariquera-Açu e Jacupiranga.

A tabela 8 demonstra os valores do PIB das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, no período dos anos de 2000 a 2002, permitindo a comparação do resultado anual das atividades econômicas da Região Administrativa de Registro com as demais regiões do estado. Como os municípios localizados no Vale do Ribeira têm suas economias sustentadas pelo setor primário e muito pouco no setor secundário, prova-se então que o PIB da Região Administrativa de Registro é o mais baixo do Estado de São Paulo.

Tabela 8 – Resultados do PIB das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2000 a 2002 - milhões de reais

Regiões Administrativas	Valores do PIB Regional			Variação % por Ano		Média
	2000	2001	2002	01 / 00	02 / 01	Anual
Estado de São Paulo	370.818,34	400.629,12	438.132,79	8,04%	9,36%	403.193,42
Região Metrop. de São Paulo	199.073,46	211.296,81	221.369,64	6,14%	4,77%	210.579,97
RA de Registro	1.049,58	1.159,57	1.287,46	10,48%	11,03%	1.165,54
RA de Santos	11.397,63	12.106,58	13.681,73	6,22%	13,01%	12.395,31
RA de São José Campos	26.645,21	26.879,18	28.419,72	0,88%	5,73%	27.314,70
RA de Sorocaba	17.639,12	20.146,69	22.619,47	14,22%	12,27%	20.135,09
RA de Campinas	58.596,90	63.957,88	71.777,36	9,15%	12,23%	64.777,38
RA de Ribeirão Preto	8.419,94	9.061,61	10.555,98	7,62%	16,49%	9.345,84
RA de Bauru	6.796,74	7.358,73	8.537,86	8,27%	16,02%	7.564,44
RA de São José Rio Preto	8.929,10	10.749,77	13.538,34	20,39%	25,94%	11.072,40
RA de Araçatuba	5.911,04	5.991,58	6.937,62	1,36%	15,79%	6.280,08
RA de Presidente Prudente	4.628,14	5.096,10	5.974,56	10,11%	17,24%	5.232,93
RA de Marília	5.897,78	6.357,54	7.201,96	7,80%	13,28%	6.485,76
RA Central	7.964,33	10.522,34	12.921,90	32,12%	22,80%	10.469,52
RA de Barretos	3.817,58	5.444,35	7.915,77	42,61%	45,39%	5.725,90
RA de Franca	4.051,79	4.500,39	5.393,42	11,07%	19,84%	4.648,53

Fonte: Fundação SEADE

Comparando-se os valores do PIB das regiões administrativas do Estado de São Paulo, tem-se como resultado a comprovação do processo de isolamento e estagnação econômica da Região Administrativa de Registro, que se classifica em último lugar no Estado de São Paulo. Em uma análise mais específica verifica-se que não houve crescimento do PIB da Região Administrativa de Registro, nos anos de 2001 e 2002, quando o percentual da participação da região frente ao acumulado do Estado de São Paulo ficou na ordem de 0,29%, com um centésimo acima do percentual do ano de 2000, que pode ser considerado como um crescimento ínfimo ou insignificante para uma região que tem enormes carências econômicas e sociais como o Vale do Ribeira.

Confrontados os valores do PIB dos anos de 2001 e 2002 contra o ano de 2000, observa-se um crescimento do valor do PIB da Região Administrativa de Registro na ordem de 10,48% e 11,03% nos anos de 2001 e 2002, respectivamente, porém com valores inferiores a média dos três anos que ficou na ordem de R\$ 1.165,54 milhões de reais.

Pode-se entender, pelos dados disponibilizados acima, que as demais regiões administrativas do Estado de São Paulo possuem externalidades positivas maiores que a Região Administrativa de Registro, visto que o crescimento das demais regiões decorre da existência de uma economia mais forte e pujante, com a presença de investimentos privados e públicos em maiores escalas que os investimentos repassados para o Vale do Ribeira.

Cabe destacar que os resultados apresentados decorrem do baixo volume de investimentos privados anunciados para o Vale do Ribeira, que ficou, no ano de 2002, com zero percentual do total de investimentos e, no ano seguinte, com apenas 0,10% do total de 10,8 Milhões de dólares previstos para as regiões administrativas do Estado de São Paulo, com maior concentração para os municípios de compõem a RMSP e as Regiões de Campinas e São José dos Campos.

A tabela 9 apresenta o detalhamento dos recursos repassados, no ano de 2001, pela União para as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, oriundo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, do Imposto de Renda - IRRF, do Imposto Territorial Rural - ITR, do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, entre outros impostos relacionados à educação e saúde sob a responsabilidade da União.

Tabela 9 – Transferências correntes repassadas pela União às Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	FPM	IRRF	ITR	IOF / Ouro	LC 87/96 ICMS	Salario Educ União	Fundef União	SUS União	Outras Transf. União	% do Total
Estado de São Paulo	2.267.942	787.402	17.779	469	219.620	35.515	361.613	904.753	397.012	100 %
RMSP	361.459	524.606	941	60	113.634	27.406	98.891	168.743	166.206	29,29%
RA - Registro	39.519	2.102	155	-	1.085	759	3.098	5.737	5.888	1,17%
RA - Santos	75.881	49.892	93	-	7.904	-	25.790	55.467	24.474	4,80%
RA - SJ Campos	155.596	37.911	512	9	17.872	568	22.572	63.273	19.654	6,37%
RA - Sorocaba	255.764	20.343	2.398	73	10.653	1.469	46.072	77.616	31.925	8,94%
RA - Campinas	414.788	91.294	3.368	97	31.728	1.389	42.313	221.440	52.634	17,21%
RA - Rib. Preto	83.923	13.722	1.312	-	2.738	523	14.763	51.336	10.022	3,57%
RA - Bauru	104.218	5.855	1.202	25	4.449	-	4.905	15.704	10.558	2,94%
RA - SJRio Preto	201.512	10.776	1.421	41	6.805	769	26.157	50.090	14.186	6,25%
RA - Araçatuba	107.698	4.972	1.397	106	3.363	178	13.844	30.742	12.904	3,51%
RA – Pres. Prudente	132.119	4.945	1.036	52	3.730	534	8.856	19.880	11.968	3,67%
RA Marília	129.861	5.309	1.003	6	5.233	304	25.285	58.046	12.030	4,75%
RA Central	86.933	7.545	1.210	-	5.398	846	10.219	37.810	8.057	3,17%
RA - Barretos	50.600	3.057	831	0	1.732	172	11.717	16.751	8.954	1,88%
RA - Franca	68.071	5.073	899	-	3.295	597	7.132	32.117	7.551	2,50%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

As transferências correntes da União são compostas pela somatória das receitas tributárias, contribuições e de outras receitas correntes, excluindo-se as transferências entre os governos e deduzidas as repartições estipuladas pela Constituição garantidas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, acrescidas do produto das arrecadações sociais dos empregados e empregadores.

Também, na tabela 9, tem-se o comparativo detalhado dos valores dos tributos federais repassados às demais Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, permitindo estabelecer uma análise comparativa dos volumes recebidos por cada uma das regiões paulistas, bem como checar a posição em que se encontra a Região Administrativa de Registro, cujo percentual do total das transferências ocorridas no estado de São Paulo, recebido pelos municípios dessa região está muitíssimo abaixo dos valores repassados às outras regiões administrativas do estado.

O maior montante dos recursos oriundos das transferências correntes da União refere-se ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM e de outras receitas federais, que constitucionalmente são repassadas pela União a todos os municípios

brasileiros, gerando para muitos deles e, aos municípios do Vale do Ribeira não poderia ser diferente, um elevado grau de dependência das receitas da União.

Embora em menores valores, os demais componentes das transferências correntes da União aos municípios da Região Administrativa de Registro fazem parte das receitas municipais, comprometidas com o atendimento dos setores da educação, saúde, entre outros, visando suprir, de forma desejosa e insuficiente, as necessidades dos moradores desses municípios. Tais volumes de recursos públicos poderiam ser maiores, caso a Região do Vale do Ribeira estivesse populacionalmente bem mais ocupada em seu território e, ao mesmo tempo, possuísse atividades econômicas de maiores valores agregados ou focados no setor de exportação, mesmo que não fosse de *commodities*. Se houvessem atividades econômicas que trouxessem maior poder de arrecadação e recebimento de tributos, tanto por parte da União quanto pelo Estado, haveria um melhor bem estar social para suas populações, tanto no campo de emprego e renda, quanto nos aspectos de educação, saúde e saneamento básico.

A tabela 10 reproduz os valores das transferências correntes repassadas, no ano de 2001, pelo Estado de São Paulo para as regiões administrativas do estado, destacando-se os impostos ligados a produção, circulação de mercadorias e outros ligados a educação e saúde, dentro dos critérios estabelecidos na Constituição Estadual e Federal. As transferências correntes efetuadas pelo estado são compostas pelas diversas receitas tributárias, excluídas as transferências intragovernamentais e deduzidas as repartições legais cabíveis aos municípios.

Tabela 10 – Transferências correntes repassadas pelo Estado de São Paulo às Regiões Administrativas do Estado – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	Cota Parte do ICMS	Cota Parte do IPI	Cota Parte do IPVA	Cota Salário - Educação Estado	Fundef Estado	SUS Estado	Outras Transf. do Estado	% do Total
Estado de São Paulo	7.937.782	85.840	1.421.557	206.607	1.282.699	38.496	268.455	100,00%
Região Metrop. São Paulo	3.606.853	41.383	836.434	93.764	689.992	1.101	30.139	47,14%
RA de Registro	42.350	523	3.689	979	6.159	1.988	10.578	0,59%
RA de Santos	292.413	2.703	43.540	8.943	83.719	347	25.922	4,07%
RA de São José Campos	625.474	7.053	55.371	12.703	84.950	7.429	16.938	7,20%
RA de Sorocaba	443.545	5.445	62.115	19.739	76.934	11.138	32.038	5,79%
RA de Campinas	1.435.207	13.159	202.986	22.095	157.998	3.143	62.449	16,88%
RA de Ribeirão Preto	219.429	2.224	39.204	8.034	37.415	1.317	7.398	2,80%
RA de Bauru	171.280	2.035	29.982	4.926	20.793	773	10.339	2,14%
RA de São José Rio Preto	243.396	2.322	39.185	8.617	25.888	1.017	13.920	2,97%
RA de Araçatuba	168.728	1.802	17.349	3.826	14.340	5.712	10.559	1,98%
RA de Pres. Prudente	145.713	1.650	18.103	3.744	23.660	2.809	13.374	1,86%
RA de Marília	169.273	1.658	22.392	7.371	15.163	824	9.265	2,01%
RA Central	168.893	1.873	25.478	6.997	22.312	377	7.302	2,07%
RA de Barretos	81.536	896	9.626	2.481	9.529	405	10.222	1,02%
RA de Franca	123.691	1.116	16.103	2.389	13.847	116	8.012	1,47%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

Fazendo-se uma análise mais específica para cada um dos itens que compõem a tabela 10 e, sobretudo comparando-se os valores repassados para cada uma das regiões administrativas do Estado, pode-se perceber que a Região Administrativa de Registro fica com o menor percentual dos valores em questão.

No tocante aos impostos da esfera estadual e federal ligados à produção ou circulação de mercadorias e serviços, a Região Administrativa de Registro, fica com apenas 0,61% e 0,53%, respectivamente, do IPI e ICMS correspondente ao montante repassado pelo Estado. No que se refere à educação a Região

Administrativa de Registro recebe 0,47% e 0,48%, respectivamente, da cota salário educação e do FUNDEP enviado pelo Estado de São Paulo para as suas regiões administrativas.

Os valores repassados pelo SUS aos municípios da Região Administrativa de Registro são maiores que os percentuais de algumas das regiões administrativas do Estado, ficando em torno de 5,16% do montante, perdendo apenas para as Regiões Administrativas de Sorocaba, São José dos Campos, Araçatuba, Campinas e Presidente Prudente. Este fato merece destaque, pois evidencia o esforço do Governo Estadual e Federal para minimizar os graves problemas de saúde da região, embora muito ainda deva ser feito para os ribeirinhos.

Dentre os vários repasses destinados aos municípios brasileiros, a Região Administrativa de Registro tem nas verbas para a Educação e Saúde, juntamente com os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e cota-parte do ICMS, a sua garantia de sobrevivência nas suas finanças públicas, visando atender, de alguma forma possível, as necessidades crescentes das suas populações e, muitas vezes, os interesses dos grupos ligados ao governo municipal, mesmo diante das proibições e punições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A tabela 11 apresenta o volume de recursos arrecadados pelos municípios que compõem as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, no tocante aos tributos e taxas municipais constituídas por leis, permitindo que seja conhecido o poder arrecadatório dessas regiões administrativas, quando comparadas com a Região Administrativa de Registro.

Tabela 11 – Receitas Tributárias Arrecadadas pelas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	Impostos				Taxas	Contribuição de Melhoria	Total Geral	% do Total de Geral
	IPTU	"Inter Vivos"	ISS	Total				
Estado de São Paulo	3.174.707	486.978	3.024.992	6.686.677	649.068	33.039	7.368.785	100,00%
Região Metrop. São Paulo	1.893.749	274.694	2.306.798	4.475.242	250.877	3.745	4.729.864	64,19%
RA de Registro	13.340	676	3.342	17.359	1.869	997	20.224	0,27%
RA de Santos	366.157	29.432	101.786	497.374	107.065	8.131	612.570	8,31%
RA de São José Campos	146.560	55.365	52.942	254.866	28.914	2.669	286.449	3,89%
RA de Sorocaba	90.056	18.762	72.573	181.391	42.623	2.150	226.164	3,07%
RA de Campinas	392.336	48.887	297.586	738.809	112.172	11.283	862.264	11,70%
RA de Ribeirão Preto	50.495	9.227	51.778	111.501	6.847	567	118.915	1,61%
RA de Bauru	28.786	7.152	21.932	57.869	11.166	356	69.391	0,94%
RA de São José Rio Preto	55.762	11.806	24.221	91.789	15.759	448	107.996	1,47%
RA de Araçatuba	19.838	5.258	11.296	36.392	10.544	159	47.096	0,64%
RA de Pres. Prudente	17.772	4.784	23.757	46.312	13.262	235	59.810	0,81%
RA de Marília	29.766	8.132	13.419	51.317	20.922	1.202	73.441	1,00%
RA Central	36.472	5.904	22.948	65.324	15.359	711	81.395	1,10%
RA de Barretos	10.724	3.328	6.721	20.773	4.106	250	25.129	0,34%
RA de Franca	22.895	3.570	13.893	40.358	7.583	136	48.077	0,65%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

Analisando-se cada um dos itens e, ao mesmo tempo, comparando os dados da Região Administrativa de Registro com as demais regiões administrativas do estado, vê-se que os municípios da região arrecadam apenas 0,42% do total de IPTU do Estado, porém superior a arrecadação de IPTU da Região Administrativa de Barretos, ficando difícil de provar se a diferença se dá por isenção tributária ou pelo baixo poder arrecadatório dos municípios que compõem essas regiões administrativas.

A arrecadação de ISS corresponde a apenas 0,11% do total do Estado e caracteriza a fragilidade e tamanho do comércio dos municípios da Região Administrativa de Registro, bem como demonstra a existência de um grande número de atividades ligadas à informalidade, com maior peso que as atividades registradas nas prefeituras locais. Idem para a cobrança de taxas de diversos serviços, que no caso do Vale do Ribeira não ultrapassa 0,30% do montante arrecadado pelo Estado de São Paulo, deixando a Região Administrativa de Registro muito abaixo das demais regiões administrativas do estado. O mesmo não ocorre com a contribuição para melhoria, visto que a Região Administrativa de Registro arrecada 3,72% do total do estado, porém bem mais acima que outras Regiões Administrativas do Estado, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo e para as Regiões Administrativas de Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Marília.

No quesito “inter vivos” os municípios da região em estudo arrecadam 0,14% do total do Estado, muitíssimo abaixo das demais regiões administrativas do Estado, comprovando que grande parte das terras é devoluta ou está em mãos de sítiantes que não possuem a escritura das suas terras, encontrando dificuldade para vendê-las e quando o fazem não registram tais vendas ou informam um valor venal muito abaixo da do valor de venda para recolherem o mínimo de imposto sobre a transferência de propriedades.

Os resultados dos valores arrecadados pela Região Administrativa de Registro comprovam a situação do baixo poder arrecadatório dos municípios envolvidos, decorrente da situação econômica e social dessa população e da inexistência do volume de investimento destinados aos municípios da região.

No âmbito do meio ambiente, vale destacar a criação, pelos últimos governos estaduais e pela União, muitas vezes sob a pressão internacional ou de organismos não governamentais, de diversas unidades de conservação, parques estaduais, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, dentre as quais destacam-se as que estão localizadas na mesorregião do Vale do Ribeira.

Dentre todas as unidades de conservação ambiental cabe destaque especial para a Unidade de Conservação Ambiental Juréia-Itatins, em razão da sua história de luta para a aprovação e, sobretudo, pela preservação da sua beleza natural, frente aos interesses maiores dos militares e especuladores imobiliários dos últimos trinta anos.

Tamanha é a área atribuída à Unidade de Conservação Ambiental Juréia-Itatins, que ainda hoje não se conhece por completo o conteúdo do ecossistema dessa estação ecológica, exigindo-se a disponibilidade de enormes volumes de recursos, destinados a pesquisa da biodiversidade ali localizada.

A existência de uma rede de contraventores apoiados pela inoperância e ineficiência do Estado e, em muitos casos, pela conivência e participação dos organismos de fiscalização e policiamento responsáveis pela preservação do palmito em terras das Unidades, acaba gerando a existência e manutenção de mercados clandestinos e, em contra-partida, a violação das matas nativas e a extinção das palmeiras juçara no Vale do Ribeira. Essa situação ocorre em diversas áreas de preservação ambiental e, especificamente, no Parque Estadual Carlos Botelho, pode-se encontrar elementos humanos diversos, entre os quais o extrator ou “palmiteiro¹”, que por motivos ligados à necessidade de sobrevivência, decorrente da falta de trabalho ou por ser semi-analfabeto e desconhecedor das leis de preservação ambiental, acaba se envolvendo no processo de contravenção e

¹ Trabalhador braçal responsável pelo corte e transporte do palmito nas matas da região.

passa a ser o grande alimentador do mercado negro da comercialização de palmitos, porém, continua pobre e tendo que trabalhar cada vez mais, pois os maiores ganhos ficam com os atravessadores e financiadores do processo de violação ambiental.

As disputas por terras ou conflitos agrários também estão presentes no cotidiano do Vale do Ribeira, não tão acentuados como em outras regiões do Estado de São Paulo ou do Brasil. Geralmente os despechos são desfavoráveis aos pequenos agricultores, que estão ocupando a terra por muitos anos e não dispõem da documentação específica e oficial das propriedades e acabam sendo expulsos por elementos forasteiros com maior poder econômico, político e jurídico, com finalidade da exploração comercial voltada às atividades diversas ou simplesmente especulativas. Outro aspecto interessante a ser ressaltado é o fato das propriedades terem tamanhos pequenos ou estarem localizadas em locais cujo desmatamento não é permitido pelo policiamento florestal.

A outra questão relacionada ao meio ambiente refere-se à abundância na oferta de água potável, que cria uma ilusão de infinitude deste bem, por parte das populações ribeirinhas e das autoridades competentes responsáveis pela infraestrutura de saneamento, fazendo com os recursos hídricos não sejam preservados com maior presteza conforme determina a lei. Geralmente os agentes envolvidos no processo não percebem o quanto é importante à preservação deste recurso e, na maioria das vezes, acabam fazendo uso indiscriminado da água em lavouras ou simplesmente poluindo os rios e lagoas com inseticidas ou fertilizantes lançados nas plantações.

Piorando o cenário de destruição e poluição ambiental, verifica-se o lançamento de um grande volume de dejetos oriundos do não tratamento dos esgotos urbanos das cidades que margeiam o Rio Ribeira de Iguape, o que permite concluir, conforme comprovações recentes, que o referido rio não tem mais 100% de pureza em suas águas, muito embora seja um dos rios menos poluídos do estado de São Paulo.

Por outro lado, a ocupação das terras ribeirinhas não tem obedecido ao Código Florestal Brasileiro, que estabelece, em razão da largura dos rios, uma determinada faixa de área de preservação permanente, que varia de 30 metros para os rios com menos de 10 metros de largura até 500 metros para os rios com mais de 600 metros de largura. (GALVAO e MEDEIROS, 2002).

No caso do Rio Ribeira de Iguape, cuja largura em média está entre 50 e 200 metros, a área de preservação permanente deveria ter, no mínimo, 100 metros de extensão em cada margem, fato este que não ocorre, em especial nas áreas utilizadas para o plantio de banana, milho, arroz e extração de areia. Essas intervenções humanas têm provocado um acentuado processo de assoreamento do Rio Ribeira de Iguape, que não permite mais o trânsito de embarcações de maior calado como nos meados do século passado, quando o rio era utilizado para o transporte de arroz, banana, goiaba e pessoas em barcos de até 10 toneladas, gerando empregos e renda nos comércios locais e portos improvisados nos municípios do médio e baixo ribeira. Compromete também a formação ou manutenção de lagoas utilizadas para a pesca ou para outras atividades econômicas além de servirem para o atendimento e equilíbrio ecológico das vidas selvagens da região.

Nas áreas litorâneas dos municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida, têm-se várias praias, praticamente intocáveis e com ótimo índice de balneabilidade, podendo os turistas, em muitos casos, usufruir água doce dos rios e riachos da região e do mar aberto. Vale destacar que esses municípios apresentam enormes

vantagens para a realização dos eventos de pescas artesanais e competições amadoras para a atração dos aficionados dessa atividade esportiva. Entre as belezas naturais, cabe mencionar a Ilha do Cardoso, localizada no município de Cananéia, que permite ao turista conviver com um cenário exuberante de Mata Atlântica cortada por trilhas, e, ao mesmo tempo, pode desfrutar das praias e outras maravilhas do litoral paulista extremamente preservado. Lamentavelmente, a infraestrutura disponibilizada na Ilha do Cardoso, ainda é fraca e não dá ao visitante o conforto pretendido, muitas vezes provocando o afastamento do turista para o continente, de modo que ocorram apenas visitas rápidas, ocasionadas por passeios em barcos ou lanchas de aluguel, que pode se estender até o município de Paranaguá (PR).

Proposições Econômicas, Políticas, Sociais e Ambientais.

Valendo-se das argumentações apresentadas em Sachs (2004) sobre o assunto em questão, pode-se entender que dentre os instrumentos disponíveis na política econômica, destacados abaixo, cada um deles poderá de alguma forma contribuir para a busca do crescimento e desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira, desde que exista, por partes dos governantes envolvidos, uma grande vontade política de realização, visando à modificação do cenário de pobreza e estado de abandono em que se encontra o Vale do Ribeira. Como o foco principal está no crescimento econômico induzido pela geração de empregos e renda, devem ser observados alguns requisitos básicos para tal empreitada. Entre os requisitos necessários vale destacar:

- a) capacidade local de identificação dos pontos fracos e a existência de recursos ociosos, visando o planejamento e execução de políticas locais capazes de atender as demandas reprimidas;
- b) continuidade dos estímulos públicos e privados à capacidade de aglutinar esforços e recursos para as iniciativas locais voltadas ao crescimento econômico;
- c) comprometimento do sistema financeiro nacional e internacional para o atendimento das necessidades das empresas privadas, desejosas em instalarem-se na região, e dos governos quanto aos financiamentos da produção e de obras públicas voltadas ao crescimento regional.

Para o atendimento destes itens, caberão às prefeituras dos municípios da Região Administrativa de Registro, juntamente com as associações de classes e a sociedade de modo geral, indicarem e elencarem todas as suas necessidades, visto que os munícipes conhecem muito mais as vantagens e desvantagens da sua região e sabem o que é melhor para a sua comunidade. Por outro lado, caberá ao governo estadual e federal, o papel de intermediador dos recursos necessários para a execução dos projetos viáveis econômica e socialmente para a região escolhida.

O Vale do Ribeira tem ficado isolado e sem atendimento adequado no que se refere à discussão acima, favorecendo ainda mais o estágio atual de subdesenvolvimento econômico em que se encontra. Vale insistir que tudo depende de vontade política e, no caso do Vale do Ribeira, enquanto sua população não eleger, pelo ao menos, um representante para a Assembléia Legislativa, nada ou muito pouco será feito pela região.

Dentre tais políticas complementares, cabe a exploração de todas as oportunidades locais voltadas ao crescimento induzido pela geração de empregos, tais como:

- a) execução de obras públicas de infra-estrutura ou de cunho social ou de segurança, geradoras de novos empregos e garantidoras de renda mensais;
- b) disponibilização de créditos ao financiamento da construção civil, grande propulsora de empregos às populações de baixa renda e nível educacional abaixo das médias;
- c) ampliação dos programas educacionais voltados à preservação do meio ambiente e com foco na utilização dos recursos naturais à fabricação de artesanatos em busca da sustentabilidade da região.

Faz-se necessário o estabelecimento de políticas regionais voltadas ao financiamento da agricultura familiar, visando o crescimento da atividade agrícola nas regiões pobres através do aumento da produção e, de forma complementar, da produtividade, de modo a garantir uma renda mínima para que essas famílias possam ter acessos a bens de consumo disponibilizados para outras classes sociais.

No caso específico do Vale do Ribeira, cabe destacar que, se faz necessária e urgente, a substituição da agricultura voltada ao plantio, praticamente único, de bananas, visto que a responsabilidade pelo atraso econômico e social dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro está diretamente relacionado ao cultivo de apenas e somente esse produto, de baixíssimo valor agregado, que possa garantir um maior volume de recursos financeiros para a composição do PIB regional e das rendas das famílias envolvidas no processo de crescimento econômico.

Assim sendo, quando estabelecidos os gastos públicos pelos governos da União e do Estado, na busca da atenuação dos desníveis regionais, a Região do Vale do Ribeira, a partir do momento que estiver inserida na distribuição regional dos projetos de investimentos, apresentará, necessariamente, mudanças significativas no crescimento do PIB, além da geração de empregos e ampliação do comércio local e regional com os principais centros consumidores do país e do mundo. Bastam observar os resultados decorrentes das obras de duplicação da BR 116 e da instalação da UNESP em Registro (SP), juntamente com a ampliação do Hospital Regional em Parquera-Açu (SP), fomentadores de empregos e renda para muitos moradores da região e ativadores dos comércios locais. Mesmo assim, questiona-se ainda se a Região do Vale do Ribeira estará preparada para integrar o corredor de exportação do Mercosul, quer via BR 116 ou Porto de Santos, não só no aspecto comercial de frutas, mais especificamente a banana e timidamente chá, flores e outros produtos relativos à extração primária.

Em longo prazo, a expectativa máxima estará no ingresso do Vale do Ribeira no mercado competitivo de tecnologia e produtos voltados aos consumidores de maiores rendas, promovendo melhorias na qualidade de vida das populações localizadas na referida região. Porém, em particular, se forem considerados o volume de recursos financeiros, que deverão ser repassados a essa região, dificilmente existirão ou serão realizados os programas de investimentos voltados ao crescimento do Vale do Ribeira, pois os impedimentos ambientais continuarão a existir e, dessa forma, ficará eternizado o ciclo de dependência e pobreza dos municípios da região em estudo. Sabe-se que as tecnologias mencionadas poderão ser desenvolvidas na UNESP ou outras instituições de ensino que gerem empreendedores e empresas juniores, tal qual ocorreu em Santa Rita do Sapucaí (MG), que se tornou um grande centro de tecnologia de ponta voltado à telecomunicação, eletrônica e áreas afins.

Mesmo podendo exercer o seu direito de criar e cobrar tributos no âmbito municipal, as receitas dos municípios do Vale do Ribeira subiram muito pouco com a

cobrança das taxas específicas sobre a iluminação pública e coleta do lixo. A razão principal dessa pequena evolução se deu pelo fato das suas populações não possuírem renda suficiente para poderem arcar com maiores repasses de tributos para os cofres municipais, bem como, por questões políticas, alguns prefeitos não irão ser expor negativamente junto aos seus munícipes, visando concorrerem às próximas eleições municipais ou estaduais. Assim, as prefeituras locais deverão procurar alternativas para que possam minimizar o volume de inadimplência na cobrança de impostos municipais, sem ferir juridicamente os contribuintes e, ao mesmo tempo, sem abrir mão dos passivos acumulados.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira - CODIVAR, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR deverão encabeçar as iniciativas voltadas às soluções dos problemas regionais e não, simplesmente, ficarem aguardando os governantes da esfera federal e estadual tomarem essas iniciativas ou apresentarem alternativas que não atendam às necessidades ribeirinhas ou destoem das necessidades da região, pois o tempo da realização dos projetos, o estabelecimento das prioridades sociais e econômicas e a vontade política dos governantes, estão em descompasso com o momento social e econômico vivido pelo Vale do Ribeira.

Considerando-se que os dados estatísticos foram produzidos pelos próprios governos, acredita-se que tais levantamentos não consigam traduzir o mínimo da realidade social, econômica e política do Vale do Ribeira e que, dificilmente, possam servir de base ao conhecimento da estrutura de subdesenvolvimento do Vale do Ribeira. Sendo assim, caberá aos governos estadual e federal, apoiados pelo CODIVAR e FVR, concentrarem-se na formulação das políticas e programações econômicas mais adequadas e exequíveis possível, voltadas especificamente para os interesses dos municípios do Vale do Ribeira, levando-se em consideração os objetivos de curto, médio e longo prazo dos projetos e os problemas conjunturais e estruturais da região.

No final, a elaboração das políticas e programas deverá considerar a participação do setor governamental e privado doméstico ou externo, especialmente agora com a aprovação da Lei das Parcerias Públicas e Privadas – PPP's, que permitirá que a iniciativa privada possa participar na execução de projetos de interesses comuns aos dois setores. A atratividade para o recebimento dos recursos privados se dará, quando as ações governamentais deixarem claros os objetivos principais e secundários estipulados para a região e sinalizarem com as vantagens econômicas, fiscais e tributárias para que os investimentos privados migrem para a Região do Vale do Ribeira.

Como se trata de uma região estacionada no tempo e com pouquíssimos atrativos financeiros, deve-se entender que o maior esforço para que a região possa encontrar o caminho para o crescimento econômico, passa pelos gabinetes dos governos e, mais especificamente, do governo estadual e das prefeituras municipais, que deverão ser os grandes cobradores dos resultados coletivos para a Região do Vale do Ribeira, juntamente com a sociedade organizada e representada nos vários conselhos existentes nos municípios e na região. Levando-se em consideração que nada ocorrerá no curto prazo, deve-se estimular a população jovem quanto à escolha dos seus representantes políticos e, dessa forma, poder eleger pelo menos um representante do Vale do Ribeira para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ou, por que não, para a Câmara dos Deputados em Brasília (DF), forçando negociações políticas para que os interesses econômicos e sociais do Vale do Ribeira sejam atendidos.

De forma complementar, ainda como parte da minimização dos desníveis regionais, deverão ser realizados programas sociais que visem a melhor repartição da renda e da riqueza do Vale do Ribeira. A redistribuição da renda será a forma mais rápida e direta para a inclusão social, que é o objeto mais importante do processo de desenvolvimento sustentável da região, pois possibilitará a uma grande massa da população ribeirinha o acesso à infra-estrutura voltado a saúde, educação, transportes, justiça e alimentação adequada. Isso será possível mediante a ampliação dos programas sociais já praticados pelo governo federal e voltados à erradicação da miséria e fome, por meio de assistência médica desceite, com apoio às gestantes, crianças e idosos e, de forma radical, conforme determina a lei, mediante a presença das crianças nos bancos escolares.

Para melhor alocar a mão-de-obra disponível no Vale do Ribeira, os investimentos deverão ser direcionados ao maior aproveitamento da mão-de-obra local, muitas vezes, desqualificada e, sempre, muito barata. Neste sentido, a presença de micro e pequenas empresas ligadas às atividades do setor secundário de transformação, com intenso processo produtivo manual, geralmente absorvem um maior volume de trabalhadores não especializados.

Não deverão ser descartadas as investidas dos governos do Estado e da União quanto à regularização das terras devolutas ocupadas há anos por famílias de trabalhadores agrícolas da região, visto que existem, embora em pequena escala, conflitos por disputas de terras na região. Paralelamente, faz-se necessário uma melhor adequação dos programas de reforma agrária nas próprias terras do governo, bem como a regularização das documentações das propriedades ocupadas por muitos anos por ribeirinhos, que não possuem o registro das suas terras e, mesmo assim, pagam impostos relacionados à propriedade, mas não possuem a garantia e segurança da posse da área, que possam ser dados como garantias e possibilitem acesso a financiamentos públicos e privados.

No balizamento das orientações operacionais, caberá ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR, ter a gestão sobre a disponibilização e emprego dos recursos financeiros oriundos de créditos e investimentos recebidos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR ou de outras fontes nacionais e internacionais, visando à minimização do distanciamento econômico e social do Vale do Ribeira em relação as demais regiões ou países subdesenvolvidos.

Acrescente-se a difusão das inovações e do conhecimento como forma acelerar o processo de industrialização e desenvolvimento, permitindo que as empresas possam ter acesso gratuito às pesquisas originadas nos pólos educacionais de ensino superior. No caso específico do Vale do Ribeira, deveria haver um estreitamento entre os interesses da região com as pesquisas das universidades – UNESP e USP – ESALQ, entre outras, com apoio financeiro para pesquisa oriunda de subsídios disponibilizados pelos governos do Estado como da União.

A organização do desenvolvimento regional advinda da participação conjunta do setor público e privado, centrada no CODIVAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, permitirá uma discussão mais clara a respeito do processo de desenvolvimento da região, visto que os objetivos terão que ser comuns, buscando minimizar as incertezas e vencer os obstáculos que possam impedir ou ameaçar o sucesso da empreitada na busca do desenvolvimento do Vale do Ribeira. Dessa forma, implementadas as ações necessárias, em longo prazo, a Região Administrativa de Registro poderá ser incluída no rol das regiões atualmente consideradas como referência estratégica no campo de ciência & tecnologia,

oriundas de pólos de ensino universitário voltados à pesquisa em áreas específicas do setor primário, desde que haja interesses políticos dos governos estadual e federal, mediante a implantação de políticas públicas voltadas e modificação do espaço econômico dessa região.

Assim sendo, o Vale do Ribeira deve fugir do crescimento não sustentado, visto que a expansão rápida da economia com baixos índices do produto, tal qual ocorre ainda hoje nos municípios de Registro (SP) e Cajati (SP), que na maioria das vezes acaba desaguando no processo de estagnação e perda total dos esforços aplicados. A existência do processo de crescimento distorcido, geralmente praticado por governos e políticos populistas, embora melhor que a etapa anterior, também não é o ideal para o Vale do Ribeira, visto que envolve a destruição dos recursos naturais, através das especulações e interesses imobiliários ou comerciais e ao mesmo tempo fortalecem as oligarquias locais, que na sua maioria são retrogradadas e, quase sempre, atuam fora do modelo leal da democracia.

A ocorrência restritiva dos baixos investimentos públicos ou privados no capital humano, idêntico ao esquecimento atual a que estão submetidas às populações ribeirinhas, contrapondo-se ao forte subsídio ao capital físico, financeiro e creditícios acima da capacidade econômica dos governos, como ocorreu em tempos passados, resultando na acumulação de renda e riquezas nas mãos de poucos, sobretudo no tocante a distribuição e ocupação territorial, responsável direta pela má distribuição ou concentração da renda e riquezas. A melhor capacitação do capital humano se dá pela ampliação da qualificação educacional, profissional e política dessa população, fazendo com que não ocorram contentamento ou acomodação com a situação de pobreza e miséria em que se encontram nos dias de hoje.

Visando minimizar os problemas financeiros e sociais dos municípios da região, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira - CODIVAR deve ser o organismo intermediador para a execução de obras comuns aos municípios vizinhos ou ao empréstimo de equipamentos disponíveis aos municípios e, ao mesmo tempo, ser o instrumento de pressão junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR ou junto às diversas secretarias de estado para a obtenção e liberação de recursos financeiros destinados às várias obras de interesses comuns aos municípios da região.

Deve ficar claro que, a falta de união entre os municípios locais, ou, a existência do mais acirrado grau de competição entre os mesmos, implicará na perda de força política, junto aos organismos públicos superiores ou entidades privadas com disponibilidade de recursos financeiros voltados ao social e, conseqüente, ao empobrecimento ainda maior dos municípios filiados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social no Vale do Ribeira - FVR.

Tomando-se por base a produção de banana da Região Administrativa de Registro e todas as dificuldades oriundas do manuseio, das doenças e do transporte do produto aos mercados consumidores das principais cidades do Estado de São Paulo e outras praças de outros estados ou países, entende-se que essa situação de produção e comercialização do produto não poderá continuar da forma que se encontra. É sabido que o alto grau de dependência econômica de uma única lavoura, leva a Região Administrativa de Registro à miséria, com alto nível de concentração de renda e riqueza. Por outro lado, a qualquer queda do preço do produto no mercado, menos recursos financeiros giram nos municípios produtores de banana, empobrecendo ainda mais a Região Administrativa de Registro.

Neste sentido, o Vale do Ribeira tem que encontrar alternativas agrícolas, dentro das características climáticas e geológicas da região, visando criar situações favoráveis para a maior disponibilidade de renda para a população dos municípios locais e, ao mesmo tempo, quebrando o círculo de dependência econômica e social mantido a mais de 50 anos sobre a produção e comercialização de bananas.

Vale destacar que a cultura da banana está nas mãos de pequenos e médios produtores rurais, dificultando a implantação do projeto de seqüestro de carbono, que estaria fragmentado e não provocaria interesse por parte dos investidores estrangeiros e, por outro lado, esses agricultores, em virtude da sua baixa capacidade para a geração de recursos financeiros, não conseguem viabilizar maiores volumes de investimentos próprios para a expansão da lavoura da banana ou outras atividades econômicas alternativas à safra da produção de bananas, que se viabiliza a atração dos investidores estrangeiros.

Como alternativa, podem-se firmar contratos com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e/ou com do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – CODIVAR, que ficariam responsáveis de congregar todos os pequenos, médios e grandes agricultores, em cada um dos seus municípios, interessados em participar do projeto internacional de seqüestro do carbono. Cada um dos participantes teria uma cota do lucro de acordo com os critérios técnicos de produção de oxigênio ou mediante a proporcionalidade da sua área plantada com bananais e o FVR e CODIVAR cobriam uma taxa pelos estudos de viabilidade, implementação e administração do projeto em parceria com o Estado.

Como forma de complementaridade do manejo do carbono social, visando a ocorrência do seqüestro do carbono com a garantia da substituição do carbono na atmosfera global, concomitantemente ao cultivo de bananais poderia ser desenvolvido, em áreas próximas na mesma propriedade, outros projetos agrícolas, voltados a disponibilização de produtos ligados aos setores da silvicultura, fruticultura, reflorestamento, sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas na Região Administrativa de Registro.

No quesito silvicultura, a maior ênfase deve ser dada ao plantio do palmito, também conhecido como juçara, açai-do-sul, ensarova ou palmito juçara, cujo nome científico é *Euterpe Edulis Martius* da família *Arecaceae (Palmae)*, em razão do acelerado processo de extração clandestina do palmito juçara na Região do Vale do Ribeira. O processo de preservação da espécie poderia ser feito, via reflorestamento, nas terras públicas e, sobretudo, pela tomada de consciência educacional por parte dos agricultores, com o plantio da palmeira em suas propriedades, visando o manejo do carbono social, traduzido em renda para os pequenos e médios agricultores locais.

Ainda na esteira do reflorestamento silvicultura e sistema agroflorestais, outras espécies também poderiam ser cultivadas na região, em particular, as espécies voltadas à produção de óleo, atendendo assim o incentivo governamental para a maior oferta de combustível originário da floresta ou mata energética, visando à substituição do petróleo pelo bio-diesel.

No que se refere à recuperação das áreas degradadas, mais especificamente, a recuperação das matas ciliares, poderão ser plantadas espécies mais resistentes e adaptadas aos solos alagados ou próximos dos riachos, ribeirões e rios afluentes do Rio Ribeira de Iguape. O governo estadual tem trabalhado para recuperar as matas ciliares paulistas e, para tanto, criou uma série de políticas educacionais e com financiamento público do Estado de São Paulo, visando inibir a destruição das matas, sobretudo nas margens dos rios e reservas de água doce, dentro dos

propósitos de conservação ambiental discutido pela ONU sobre a mudança do clima e aperfeiçoado no Trato de Quioto. O “esverdeamento” do Vale do Ribeira pode ser a ampliação das oportunidades de negócios, tanto no plano doméstico como internacional, visto que a Região passaria a ser vista como uma grande reserva de biodiversidade e, ao mesmo tempo, permitindo a geração de renda para as suas populações, quer através da comercialização dos seus produtos verdes ou do recebimento de royalties por possuir o maior volume de áreas verdes do Estado de São Paulo.

Dentre várias opções de produtos verdes, tem-se no plantio da pupunha uma alternativa direta para a diminuição ou finalização do processo de extinção do palmito juçara, que no Vale do Ribeira é comercializado clandestinamente, quer pela sua abundância nas terras públicas ou pelo baixo custo e qualidade em que ele tem no mercado informal. O governo paulista já disponibiliza no Vale do Ribeira, através de programas ambientais específicos, mudas da pupunha para que a população rural possa desenvolver esse tipo de agricultura e, ao mesmo tempo, venha substituir a extração clandestina da palmeira natural, com o objetivo de obter-se incremento na renda familiar com a venda do palmito. Inúmeros produtores rurais, de pequeno e médio porte, já iniciaram, de forma tímida, o plantio desse novo espécime, porém em pequena quantidade e sem muito resultado econômico e comercial, em razão da falta de recursos financeiros para novos e maiores investimentos nos seus sítios ou, simplesmente, por descrédito nessa nova alternativa agrícola.

Ainda com relação ao meio ambiente, sem sobra de dúvidas, a construção de uma ou mais hidroelétrica no Alto Ribeira produziria menores estragos sociais e ambientais, quando comparado com a situação de inércia atualmente praticada pela política de controle dos recursos hídricos do Vale do Ribeira. Deve-se levar em consideração que a construção de uma hidroelétrica, que privada ou pública, implicará em grandes investimentos e também no comprometimento dos construtores e administradores da hidroelétrica, quanto a preservação do meio ambiente.

A fiscalização deverá ser feita pelas várias entidades instaladas no Vale do Ribeira, entre as quais destacam-se: 1) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – CODIVAR; 2) Prefeituras Municipais; 3) Câmaras Municipais; 4) Entidades ligadas ao setor hídrico e 5) Populações constituídas em Consórcios representativos dos agricultores. Essa situação de abandono praticada hoje poderá comprometer, num futuro não distante, o fornecimento de água para o próprio Vale do Ribeira, ou, no mínimo, encarecer o custo da água, em razão do tratamento que será necessário praticar para dar qualidade para a água potável a ser consumida na região.

Olhando de fora do assunto, observa-se uma queda de braço entre as empresas interessadas na construção da hidroelétrica e os governos do Estado e da União, que, por questões políticas, não tem interesse em autorizar a construção, ou, no mínimo, abrir conversações para maiores esclarecimentos e comprometimentos por parte dos construtores.

Vale lembrar que os municípios do Vale do Ribeira poderiam receber seus pagamentos pelos *royalties* de geração de energia elétrica, quer em moedas ou em cotas de energia a ser administrada e vendida pelo CODIVAR. Trataria-se de uma renda vitalícia para os municípios pobres do Vale do Ribeira, especialmente em um momento que a economia exige uma maior oferta de energia elétrica para dar continuidade no processo de crescimento econômico do Estado de São Paulo.

A atividade pesqueira no litoral dos municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida deverá ser mantida e ampliada com a modernização dos barcos pesqueiros e instalação de infra-estrutura portuária e marítima para que os pescados sejam comercializados e enviados para os grandes centros consumidores em portos da região. Neste sentido, vale a proposta de modernização e ampliação do porto pesqueiro do Município de Cananéia, considerando-se suas proximidade a Região Metropolitana de São Paulo, grande consumidora de peixes, crustáceos e moluscos bivalves, hoje abastecida por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras localidades com cunho pesqueiro.

Ainda neste segmento, se houver a disponibilidade de recursos ou subsídios fiscais para a instalação de pequenas e médias empresas voltadas à construção e consertos de embarcações de diversos calados ou portes, podendo ser uma outra fonte geradora de emprego e renda nos municípios. A mão-de-obra especializada para esse trabalho poderá ser fornecida por escolas técnicas de ensino médio ou superior em tecnologia naval, a serem instaladas na região, tal qual o curso já disponibilizado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC no município de Ilha Solteira (SP), tornando-as atrativas para as empresas do setor, que poderiam trabalhar como parceiras, tanto no quesito ensino, quanto na alocação de mão-de-obra recém formada e com necessidade de estágios.

Pela proximidade a Unidade de Proteção Ambiental da Juréia-Itatins, serão necessárias à criação de faculdades voltadas às áreas de biologia, meio ambiente, oceanologia, engenharia naval, deslocando o centro de ensino universitário para a Região Administrativa de Registro. De vez por toda, fixando a Universidade Estadual Paulista – UNESP na região, como pólo de atração de novos habitantes, caracterizados por professores, pesquisadores, alunos, bem como, gerando emprego e renda para as populações litorâneas da Região Administrativa de Registro, sem contar a disponibilização de infra-estrutura necessária para o atendimento da demanda desses novos investimentos e fluxos de pessoas para a região.

A criação de peixes (curimatás, tainhas, tilápias, carpas, bagres, enguias, garopas, pargos e pacus), de crustáceos (camarão e pitus) e de moluscos bivalves (ostras, mexilhões e berbigões) em cativeiros, em particular na foz do Rio Ribeira, no contorno do complexo Lagamar Iguape – Cananéia poderá ser o grande diferencial para o crescimento e desenvolvimento sustentável da Região Administrativa de Registro, em especial, pelo fato da ocorrência de maior oferta de empregos e renda, com fortes incentivos ao comércio local, podendo tornar-se um centro de destaque na criação e comercialização desses produtos.

Em outras localidades distritais da região, a criação de peixes poderá ocorrer na forma de tanques ou cercados de redes, com a devida ajuda de técnicos e profissionais especializados, bem como pela disponibilização de linhas de créditos para tais empreendimentos. Visando a preservação ambiental, sem a destruição das espécies nativas por partes dos peixes exóticos, que escapam dos tanques, no período de cheias da bacia do Rio Ribeira de Iguape e, bem como se evitando riscos à saúde pública, com a transmissão de doenças parasitárias ou contaminação das espécies nativas por metais pesados, faz-se necessário a presença de técnicos orientando os pequenos produtores com relação à atividade em questão.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR poderia ter mais recursos disponibilizados para empréstimos aos municípios da região, caso ocorresse uma composição de recursos entre o Estado de São Paulo e a União, com fontes garantidas pelo repasses dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FUNDER. A segunda alternativa estaria na inclusão

das regiões não desenvolvidas do Estado de São Paulo nos fundos de investimentos da União, com a garantia do repasse de pequenos percentuais dos recursos arrecadados no imposto de renda gerados no Estado de São Paulo e, para que tais fatos viessem ocorrer seria necessária uma grande pressão política por parte do governo paulista.

Considerações Finais

Se tudo permanecer como está ou pouco for feito, no tocante as aplicações de políticas públicas voltadas à modificação do espaço econômico e social, a Região Administrativa de Registro estará condicionada a, cada vez mais, continuar na pobreza e no subdesenvolvimento em que se encontra, distanciando-se ainda mais das regiões desenvolvidas do Estado e do país, desfazendo-se das vantagens comparativas de estar, estrategicamente, próximas dos maiores centros consumidores de grande destaque no país e Mercosul e, ao mesmo tempo, desperdiçando a oportunidade de explorar o potencial econômico decorrente das riquezas naturais localizadas em sua região.

Os municípios localizados na Região Administrativa de Registro não podem, sem a presença da União e Estado, modificar a situação das finanças públicas locais, em virtude do baixo volume da renda e do poder de compra das suas populações.

Para quebrar esse ciclo de pobreza, os municípios do Vale do Ribeira, tão próximos do maior centro econômico e político do país e tão distantes do bem estar social necessários para a formação de novas classes de cidadãos com o direito mínimo de inclusão e igualdade social, estabelecido na Constituição Brasileira, terão que deixar, entre outras ações perniciosas, o paternalismo empregador caracterizado em grande escala pelos seus prefeitos municipais.

Paralelamente, os representantes municipais deverão buscar saídas diferenciadas diante dos potenciais próprios desses municípios, dentro da visão máxima da moderna administração pública. O sucesso de cada administração pública municipal do Vale do Ribeira passará pela criação de espaços públicos para a administração e solução de conflitos políticos, decorrentes da pressão popular pela participação direta nas decisões que envolvam os municípios.

Vale afirmar que a ausência da vontade política dos governos da União e Estado impedirá o acionamento da mola propulsora do crescimento e desenvolvimento econômico da Região Administrativa de Registro, pois sem os investimentos públicos em infra-estruturas com planejamento não haverá atração para as empresas do setor privado em se instalarem na região e, portanto, não teremos a geração de empregos e melhoria da renda e bem estar social.

O mesmo poderá ser mencionado a respeito da não utilização do potencial específico do corredor de exportação formado pela BR 116 e o Porto de Santos, que deixará de ser a porta de entrada e saída da Região Administrativa de Registro para acessar os mercados internacionais do Mercosul e de outros países, corroborando com o não desenvolvimento regional do Vale do Ribeira e diminuindo o volume de riqueza do Estado de São Paulo.

Diante do quadro social de pobreza relativa, com alguns focos de pobreza absoluta, resultante da baixa qualidade de vida, politicamente, o Vale do Ribeira continuará sem um representante legal na Assembléia Legislativa ou Câmara dos Deputados, inibindo de vez, a defesa dos interesses daquela região do Estado. Dessa forma, o Vale do Ribeira passa a ser, muitas vezes, vítima de oportunistas,

sendo objeto de propostas separatistas do Estado de São Paulo, visando à criação de outro Estado Federativo, considerando-se as vantagens dos repasses da União para os Estados via Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal.

Caso o Vale do Ribeira tivesse uma representação política forte, poderia propor mudanças nas legislações vigentes, na busca da cobrança de royalties pelo fato de possuir e manter a maior parte da única faixa da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Complementarmente, as populações mais informadas, juntamente com os organismos públicos locais poderiam pleitear negociações internacionais de repasse de recursos em troca da manutenção ambiental da Mata Atlântica, pelo fato de estimular o plantio de reposição dos recursos naturais extraídos por muitos e muitos anos.

Nada ocorrerá, sem a vontade política dos nossos dirigentes; sem a pressão das classes socialmente mais informadas e dispostas a lutar pela preservação ambiental; sem a preparação educacional das gerações futuras, visando estimulá-las a respeitar o que será deixado para elas no futuro. Ou ainda, sem o desespero dos demais países que não conseguem conter o seu processo de destruição do meio ambiente e são obrigados a investir milhares de recursos nas únicas áreas ainda preservadas.

Assim, o Vale do Ribeira permanecerá, por muitos e muitos anos, da mesma forma que se encontra hoje: rico em natureza e belezas naturais, porém pobre e subdesenvolvido. Cada vez mais será lembrado pelos ecologistas e organizações não governamentais preocupados com a preservação do meio ambiente e, de forma, menor e acanhada, esquecido pelas autoridades governamentais. Estima-se o prazo médio de no mínimo uma década para que se possam sentir as mudanças sociais, políticas e econômicas, vislumbrando-se os resultados positivos, que irão transformar o espaço regional do Vale do Ribeira, igualando-o às regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo e do país, bem como, inserindo-o no modelo de globalização ora em pauta.

Referência Bibliográfica

ALVES, Élio José. *A cultura da banana: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais*. Brasília DF: EMBRAPA, 1999.

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L.. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul RS: Edunisc, 2003.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - FUNDAÇÃO SEADE – Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Disponível no site <<http://www.seade.gov.br>. Consultado em março / 03.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul RS: EDUNISC, 2003.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA. Dados de Meio Ambiente. Disponíveis em <<http://www.sosmatatlantica.org.br>. Consultado em março / 03.

- GALVÃO, Antonio Paulo Mendes e MEDEIROS, Antonio Carlos S. *A restauração da Mata Atlântica em áreas de sua primitiva ocorrência natural*. Colombo PR: EMBRAPA, 2002.
- GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.
- KARMANN, Ivo e FERRARI, José Antonio. *Carste e Cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, SP*. Revista Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. SIGEP 43. Instituto de Geociências da USP, 2000.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. *Código Tributário Nacional*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MARQUES, Otavio A. V. e DULEBA, Wania. *Estação ecológica Juréia Itatins: ambiente físico, flora e fauna*. Ribeirão Preto SP: Holos, 2004.
- MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria C. e VINHA, Valéria (Orgs.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- NOGUEIRA, Maria Claudia. *Educação Ambiental e Extração de Palmito Juçara: O Caso do Parque Estadual Carlos Botelho – São Paulo*. Dissertação de Mestrado. USP – ESALQ. Piracicaba SP, 2003.
- PANAYOTOU, Theodore. *Mercados Verdes: a economia do desenvolvimento alternativo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.
- PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROCHA, Marcelo Theoto. *Aquecimento Global e o Mercado de Carbono: Uma aplicação do modelo CERT*. Tese de Doutorado apresentada na USP – ESALQ. Piracicaba SP, 2003.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.
- TIAGO, Gláucio Gonçalves. *Aqüicultura, meio ambiente e legislação*. São Paulo: Annablume, 2002.
- VERGARA, Sylvia Constant e CORREA, Vera Lúcia Almeida. (Orgs.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.